



MUNICÍPIO DE GONDOMAR



RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

2014





Mensagem do Presidente

O ano de 2014 foi indelevelmente marcado pelo fim do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e pela incerteza quanto à orientação, eixos prioritários, formas e conteúdos do quadro comunitário Portugal 2020. Quer a realidade cessante, quer a nova realidade condicionaram a previsão e até a execução orçamental e manifestaram-se de diversas formas, incluindo em atrasos nos pagamentos devidos pelas entidades gestoras dos fundos ao Município.

2014 foi também assinalado pelo pioneirismo de Gondomar no panorama dos municípios portugueses ao ser o primeiro município a implementar a descentralização administrativa e a delegação de competências nas Juntas de Freguesia através de Contratos Interadministrativos e de Acordos de Execução. Mais do que uma imposição legal, esta foi uma opção do executivo que se empenhou em transferir meios e competências muito para além do legalmente estipulado.

O executivo implementou e prosseguiu uma política de consolidação e de reequilíbrio orçamental consubstanciada na amortização da dívida de longo prazo. A solvabilidade do Município tem que ser incrementada e as restrições legais a que está sujeito por endividamento excessivo terão que ser superadas.

O rigor da gestão orçamental em 2014 permitiu acolher sem sobressalto o decréscimo de receita proveniente da descida dos impostos diretos, nomeadamente o IMI, cuja revisão em baixa da taxa havia sido um compromisso assumido pelo atual executivo. Foi também sem constrangimentos que o Município se adaptou à nova calendarização de apresentação e aprovação do instrumento previsional impostas pela Lei 73/2013 de 3 de setembro.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.

Por seu turno, a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelece no n.º. 2 do seu art.º. 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”. Regra que também se cumpriu.

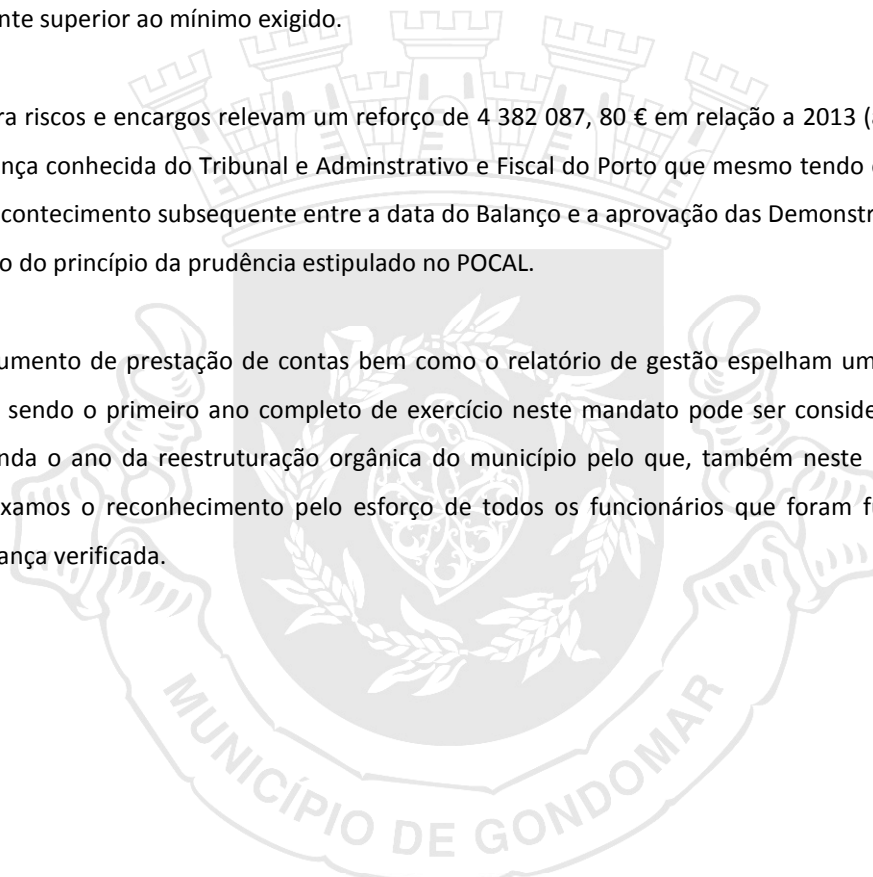


Em termos de execução do orçamento da receita, registou-se uma taxa de execução de 87,13%, superior à taxa de 85% referenciada no nº.3, artº. 56º da Lei 73/2013, 3.09.

No que concerne ao endividamento e mais especificamente à obrigação legalmente imposta de redução em 10% do montante de dívida em excesso, devemos assinalar que a redução obrigatória foi largamente superada. O Município estava legalmente obrigado a reduzir em 2.951.042,10€ e reduziu em 6.388.089,95€. Uma redução de passivo claramente superior ao mínimo exigido.

As Provisões para riscos e encargos relevam um reforço de 4 382 087, 80 € em relação a 2013 (aumento de 65%), por via da sentença conhecida do Tribunal e Administrativo e Fiscal do Porto que mesmo tendo ocorrido em 2015, se trata de um acontecimento subsequente entre a data do Balanço e a aprovação das Demonstrações Financeiras, em cumprimento do princípio da prudência estipulado no POCAL.

O presente documento de prestação de contas bem como o relatório de gestão espelham um ano de execução orçamental que sendo o primeiro ano completo de exercício neste mandato pode ser considerado exemplar. O ano 2014 foi ainda o ano da reestruturação orgânica do município pelo que, também neste momento e neste documento, deixamos o reconhecimento pelo esforço de todos os funcionários que foram fundamentais para sucesso da mudança verificada.





Índice

I - Órgãos do Município	5
1. Assembleia Municipal	5
2. Câmara Municipal	7
II – Estrutura Orgânica Do Município	8
III – Análise Orçamental	10
1. Introdução.....	10
2. Execução Global do Orçamento.....	10
3. Receita	12
4. Despesa	17
a. Serviço da Dívida.....	19
b. Transferências Correntes.....	19
c. Passivo Municipal.....	21
5. Endividamento Líquido	22
6. Grandes Opções do Plano	24
IV- Balanço e Demonstração de Resultados	26
V- Análise ao Balanço.....	31
1. Imobilizado.....	31
2. Dívidas de terceiros.....	31
3. Disponibilidades.....	32
4. Endividamento	32
5. Custos e Proveitos.....	35
6. Proveitos Diferidos.....	35
7. Acréscimos de Proveitos	38
8. Acréscimos de Custos	38
9. Custos Diferidos	39
10. Balanço sintético	39
VI- Análise da Demonstração de Resultados.....	41
1. Custos e Perdas.....	42
2. Proveitos e ganhos.....	44
VII – Proposta de Aplicação de resultados.....	46
VIII – Análise Patrimonial	47
IX – Mapa de Acordos de pagamento	63



X – Declaração Compromissos Plurianuais	64
XI – Mapas anexos	66





I - Órgãos do Município

1. Assembleia Municipal

<u>Presidente:</u>	<u>Aníbal Jaime Gomes Lira</u>
<u>1º Secretário:</u>	<u>António Fernando Oliveira da Silva</u>
<u>2º Secretário:</u>	<u>Maria Teresa Rocha de Sousa Santos</u>

Ana Catarina de Sousa Pão Trigo
Ana Daniela de Sousa Espinheira Rio
António José Valpaços Magalhães
António da Silva Sá Casal
Bruno Miguel Martins Vieira
Carlos Alberto Sousa da Costa
Carlota Ferreira Brás César Teixeira (até 25-11-2014)
Carmina Maria dos Santos Lopes
Daniel Filipe Oliveira Vieira
Ermelinda Ferreira de Sousa Ferreira
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria
Felisberto Ribeiro Almeida
Fernando Alício Barreira Morais
Fernando Cerqueira
Idalina Maria Guimarães Batista Ribeiro Pereira
Isidro Ferreira de Sousa
Ivo Daniel Moreira Capas
Joana Daniela Baldaia de Resende
José António da Silva Macedo
José Manuel Soares de Andrade
João Pedro Rodrigues de Sousa
José António da Silva Monteiro
Licínio dos Anjos Bandeira e Silva
Luís Afonso da Silva Pinto da Costa
Manuel António Leite dos Santos
Margarida Maria Oliveira da Silva
Maria Rosa de Sousa Oliveira
Mário Fernando Soares Filipe
Marta Filipa Brito da Fonseca



Nelson Jorge Sousa Neves

Nuno Miguel Peixoto da Silva (em substituição de Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva)

Nuno Miguel Ribeiro Coelho

Nuno Filipe Brito da Fonseca

Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira

Rui da Mota Correia

Rui Manuel Lourido Nóvoa

Sandra Maria Martins Magalhães Loureiro Correia

Sérgio Miguel Vieira Bastos (a partir de 25-11-2014)





2. Câmara Municipal

Presidente:

Marco André dos Santos Martins Lopes

Vice-Presidente:

Luís Filipe Castro de Araújo

Vereadores:

Maria Aurora Moura Vieira

Carlos Alberto Silva Brás

José Fernando da Silva Moreira

Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão

Hélder Vasco dos Santos Figueiredo

Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves Marinho

Rui Ferreira de Espinheira Quelhas

Rosalina Sofia Neves Martins

Joaquim dos Santos Barbosa





II – Estrutura Orgânica Do Município

A nova Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Gondomar consta do Despacho nº. 3654-A/2014 publicado em Diário da Republica no dia 7 de março de 2014, nos seguintes termos:

- **Serviços de Assessoria e Apoio**
 - Gabinete de Apoio à Presidência
 - Gabinete de Apoio à Vereação
 - Gabinete de Órgãos Autárquicos
 - Divisão de Proteção Civil e Segurança
 - Gabinete de Apoio às Freguesias
 - Gabinete de Estudos Estratégicos
 - Gabinete de Auditoria Interna
 - Gabinete de Imprensa e Comunicação
 - Gabinete de Tecnologias da Informação
 - Gabinete de Protocolo e Relações Públicas
- **Orgânica**
 - Departamento de Relacionamento com o Cidadão e Modernização Administrativa
 - Departamento Jurídico e de Fiscalização
 - Departamento de Obras Municipais
 - Divisão Operacional de Administração Direta
 - Divisão de Mobilidade, Trânsito e Gestão de Obras
 - Departamento de Planeamento, Desenvolvimento Estratégico e Equipamento
 - Divisão de Desenvolvimento Económico
 - Divisão de Aquisição e Contratação Pública
 - Departamento do Urbanismo
 - Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares
 - Divisão de Recursos Humanos
 - Divisão da Juventude e Tempos Livres
 - Divisão de Espaços Públicos e Dinamização
 - Divisão da Cultura
 - Divisão de Educação, Formação e Emprego
 - Divisão de Intervenção Educacional e Saúde
 - Divisão da Habitação Social
 - Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos Desportivos
 - Divisão Financeira e Contabilidade



- Divisão de Desenvolvimento Social
- Divisão de Desenvolvimento Ambiental



III – Análise Orçamental

1. Introdução

É da competência do Órgão Executivo do Município apresentar, anualmente, para aprovação, os documentos de Prestações de Contas do exercício do ano anterior. De acordo com estabelecido no POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, os documentos de Prestação de Contas das Autarquias Locais são constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e pelo Relatório de Gestão.

O presente Relatório inclui, entre outros elementos, a análise do Balanço e Demonstração de Resultados, da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, e uma análise comparativa da evolução das Receitas e das Despesas relativamente ao ano anterior.

2. Execução Global do Orçamento

No ano de 2014, a receita total cobrada foi de 58.322.634,95 €, o que, acrescida do saldo inicial no valor de 5.519.930,76€, perfaz o montante global de 63.842.565,71€.

A despesa realizada no ano de 2014 foi de 63.157.167,69€ €, pelo que, o valor do saldo que passa para Gerência seguinte é 685.398,02€.

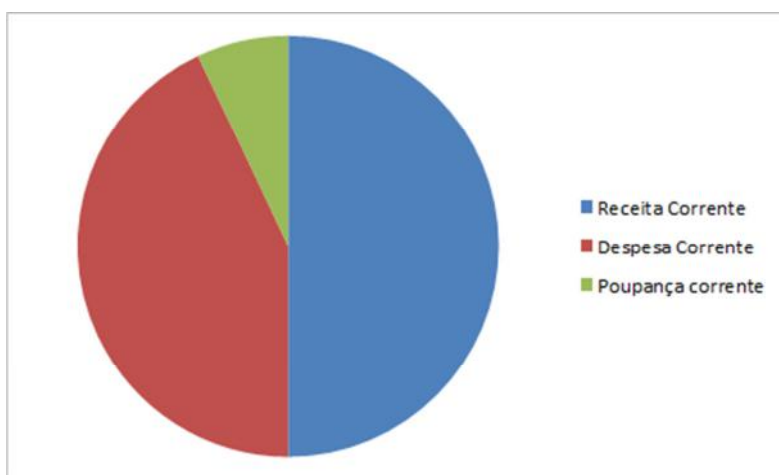
Receita	Valor	%	Despesa	Valor	%
Saldo Gerência Anterior	5.519.930,76 €	8,65%	Despesa Corrente	47.779.218,25 €	74,84%
Receita Corrente	55.612.150,63 €	87,11%	Despesa de Capital	15.377.949,44 €	24,09%
Receita de Capital	2.710.484,32 €	4,25%	Saldo de Gerência	685.398,02 €	1,07%
Total	63.842.565,71 €	100,00%	Total	63.842.565,71 €	100,00%

Do quadro acima verifica-se que 87,11% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto as despesas correntes representam 74,84% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 7.832.932,38€, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do Pocal, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e que as receitas

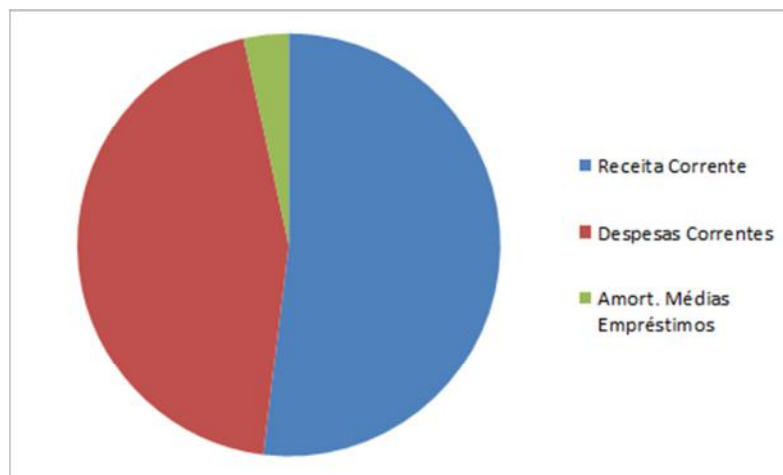
correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A Execução Orçamental do Município cumpre claramente este princípio o que demonstra a boa e equilibrada gestão dos recursos.

Receita Corrente	55.612.150,63 €
Despesa Corrente	47.779.218,25 €
Poupança corrente	7.832.932,38 €



Por seu turno, a Lei Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelece no n.º. 2 do seu art.º. 40º que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos”. Regra que também se cumpriu, como se pode verificar do quadro abaixo:

Receita Corrente	55.612.150,63 €
Despesas Correntes	47.779.218,25 €
Amort. Médias Empréstimos	3.687.613,86 €
Desp.Corr.+Amort.M.Emp.	51.466.832,11 €



3. Receita

No ano de 2014, a receita total cobrada foi de 58.322.634,95 €, o que, acrescida do saldo inicial no valor de 5.519.930,76€, perfaz o montante global de 63.842.565,71€. Em termos de execução, os valores referidos significam uma taxa de execução de 87,13%, superior à taxa de 85% referenciada no nº.3, artº. 56º da Lei 73/2013, 3.09.

Designação	Orçamentado	Realizado	Execução
Impostos directos	22.360.350,00 €	21.039.495,80 €	94,09%
Impostos indirectos	875.100,00 €	652.023,14 €	74,51%
Taxas, multas e outras penalidades	860.500,00 €	802.165,82 €	93,22%
Rendimentos da propriedade	3.135.000,00 €	2.602.899,52 €	83,03%
Transferências correntes	23.900.524,00 €	22.498.627,39 €	94,13%
Venda de bens e serviços correntes	8.784.200,00 €	7.858.791,88 €	89,47%
Outras receitas correntes	150.000,00 €	156.655,42 €	104,44%
Venda de bens de investimento	1.401.000,00 €	196.816,20 €	14,05%
Transferências de capital	5.934.158,00 €	2.501.721,42 €	42,16%
Outras receitas de capital	500,00 €	11.946,70 €	2389,34%
Reposições não abatidas nos pagamentos	10.000,00 €	1.491,66 €	14,92%
Saldo da gerência anterior	5.519.930,76 €	5.519.930,76 €	100,00%
Totais	72.931.262,76 €	63.842.565,71 €	87,13%

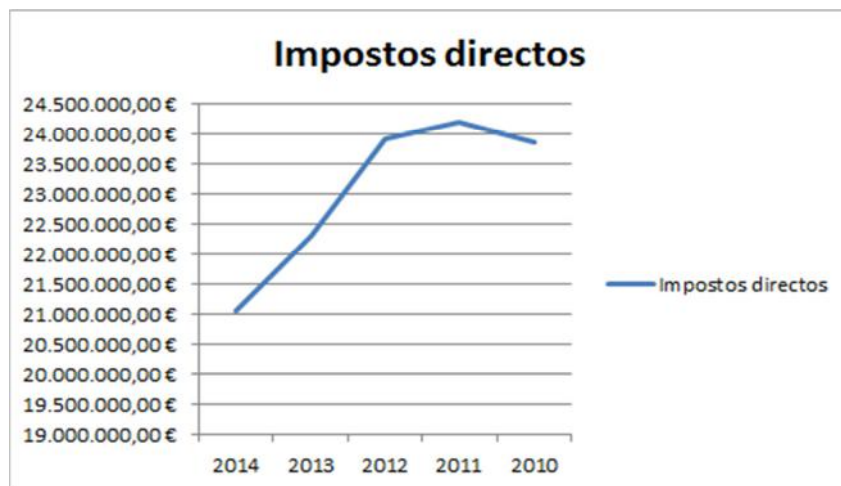


Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita liquidada, vemos que assumem particular relevância, os “Impostos Directos” (32,64%) e as “Transferências Correntes” (35,41%):

Designação	Realizado	Peso
Impostos directos	21.039.495,80 €	32,96%
Impostos indirectos	652.023,14 €	1,02%
Taxas, multas e outras penalidades	802.165,82 €	1,26%
Rendimentos da propriedade	2.602.899,52 €	4,08%
Transferências correntes	22.498.627,39 €	35,24%
Venda de bens e serviços correntes	7.858.791,88 €	12,31%
Outras receitas correntes	156.655,42 €	0,25%
Venda de bens de investimento	196.816,20 €	0,31%
Transferências de capital	2.501.721,42 €	3,92%
Outras receitas de capital	11.946,70 €	0,02%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.491,66 €	0,00%
Saldo da gerência anterior	5.519.930,76 €	8,65%
Totais	63.842.565,71 €	100,00%

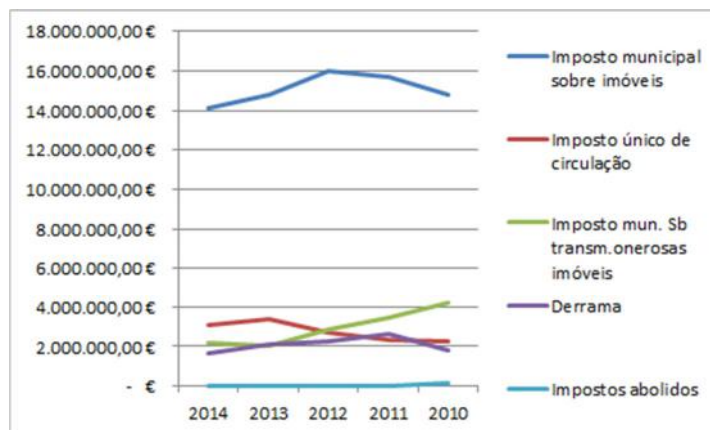
Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

	2014	2013	2012	2011	2010
Impostos directos	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €	23.902.949,91 €	24.177.775,51 €	23.865.115,20 €



A diminuição que se tem vindo a verificar, desde 2011, na liquidação de receita oriunda de Impostos Directos advém do decréscimo generalizado da receita arrecadada pelos impostos em questão, nomeadamente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Derrama, não compensadas por aquele em que se verificou acréscimo.

	2014	2013	2012	2011	2010
IMI	14.082.178,6€	14.811.269,7€	16.030.981,64 €	15.684.011,30 €	14.783.110,04 €
IUC	3.109.058,18 €	3.401.355,40 €	2.683.763,62 €	2.366.486,26 €	2.223.428,81 €
IMT	2.155.249,80 €	1.999.441,46 €	2.889.563,01 €	3.460.247,75 €	4.224.402,21 €
Derrama	1.667.000,62 €	2.090.433,55 €	2.280.349,57 €	2.640.518,47 €	1.804.307,23 €
Impostos abolidos	26.008,59 €	9.969,40 €	18.292,07 €	26.511,73 €	175.352,73 €
TOTAIS	21.039.495,80 €	22.312.469,52 €	23.902.949,91 €	24.177.775,51 €	23.210.601,02 €



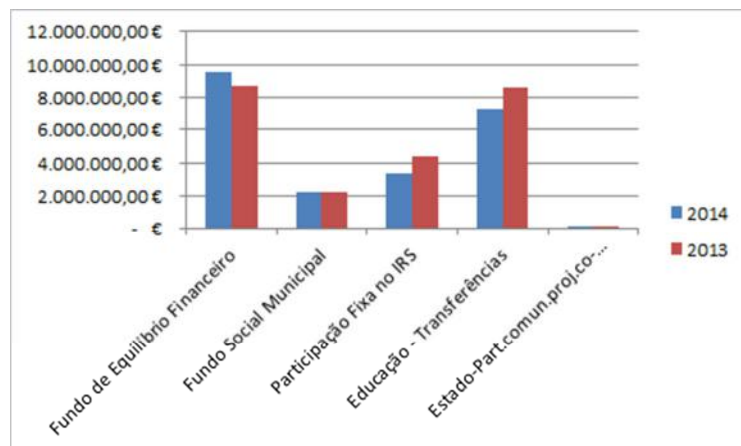
No que respeita às Transferências Correntes, os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico abaixo:

	2014	2013	2012	2011	2010
Transferências correntes	22.498.627,39 €	24.024.070,00 €	20.964.749,34 €	21.550.037,58 €	22.427.972,12 €



Verifica-se um decréscimo significativo face aos valores de 2013, fundamentalmente devido a variações negativas ocorridas nas rubricas “Participação Fixa no IRS” e “Outras transferências correntes - Educação”:

Transferências Correntes	2014	2013
Fundo de Equilíbrio Financeiro	9.559.253,00 €	8.718.567,00 €
Fundo Social Municipal	2.194.852,00 €	2.194.852,00 €
Participação Fixa no IRS	3.314.522,00 €	4.345.399,00 €
Educação - Transferências	7.312.025,76 €	8.558.776,09 €
Estado-Part.comun.proj.co-financ.	117.974,63 €	206.476,91 €



Detalha-se por Entidade as principais receitas mencionadas, nos pontos anteriores:

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais – 16.214.123,00€

Ministério da Educação e Ciência - DGEstE:

- Atividades Extra Curriculares - 615.982,00€
- Componente de Apoio à Família - 1.395.521,64€
- Transportes escolares - 3.600,00€
- Refeições escolares - 201.856,50 €
- Alargamento de Rede da Educação Pré-Escolar -113.550,11€

Piddac - 24.269,79€

Ministério da Educação e Ciência – Dir. Geral Planeam. Gestão Financeira

- Pessoal não Docente – 2.836.830,13€
- Acordo Cooperação – Educação Pré Escolar – 1.340.270,42€
- Gestão Parque Escolar – 2º e 3º Ciclos Ensino - 180.000,00€

Agência para o Desenvolvimento e Coesão

- Comparticipações QREN FEDER – 1.400.096,15€

Instituto da Segurança Social – 25.016,86€

Ministério da Administração Interna – 39.026,31€

Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP – 86.486,33€

4. Despesa

No ano de 2014, a despesa total paga foi de 63.157.167,69€ €, que representa uma taxa de execução de 86,60%.

Designação	Dotação	Pago	Exec.
Assembleia Municipal	43.550,00 €	35.320,83 €	81,10%
Câmara Municipal	5.993.361,00 €	5.292.506,57 €	88,31%
Operações Financeiras	3.827.094,00 €	3.783.274,84 €	98,86%
Serviços de Administração Geral	6.981.935,00 €	5.875.950,74 €	84,16%
Cultura, Desporto, Ação Social e Educação	26.407.738,16 €	22.655.222,41 €	85,79%
Obras Municipais e Habitação	14.988.672,60 €	12.220.527,65 €	81,53%
Gestão Urbanística e Obras Particulares	2.512.930,00 €	2.073.248,10 €	82,50%
Ambiente	9.951.702,00 €	9.371.516,00 €	94,17%
Desenvolvimento Económico, Saúde e Proteção Civil	1.839.765,00 €	1.509.431,77 €	82,04%
Polícia Municipal	384.515,00 €	340.168,78 €	88,47%
Totais	72.931.262,76 €	63.157.167,69 €	86,60%

	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	53.529.366,76 €	47.779.218,25 €	89,26%
Despesas de Capital	19.401.896,00 €	15.377.949,44 €	79,26%
Total Geral	72.931.262,76 €	63.157.167,69 €	86,60%



A execução do orçamento da despesa por classificação económica demonstra-se no mapa seguinte:

Designação	Dotação	Pago	Exec.
Despesas com Pessoal	22.962.374,76 €	22.214.722,90 €	96,74%
Aquisição de bens e serviços	23.762.043,00 €	19.795.448,23 €	83,31%
Juros e outros encargos	406.749,00 €	389.105,84 €	95,66%
Transferências correntes	5.398.650,00 €	4.616.655,15 €	85,51%
Subsídios	500,00 €	- €	0,00%
Outras despesas correntes	999.050,00 €	763.286,13 €	76,40%
Aquisição de bens de capital	14.451.111,00 €	10.808.682,10 €	74,79%
Transferências de capital	1.527.940,00 €	1.175.098,34 €	76,91%
Passivos financeiros	3.420.345,00 €	3.394.169,00 €	99,23%
Outras despesas de capital	2.500,00 €	- €	0,00%
Totais	72.931.262,76 €	63.157.167,69 €	86,60%

As despesas com pessoal têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, tal como se pode verificar do mapa seguinte, diminuição que se deverá não só à passagem de trabalhadores para a Rede Ambiente, como também aos cortes salariais que têm vigorado na Administração Pública, ao congelamento de progressões e promoções e ainda aos constrangimentos à contratação de pessoal.

	2014	2013	2012	2011	2010
Despesas com Pessoal	22.214.722,90 €	23.769.939,85 €	24.254.926,77 €	25.183.764,47 €	24.758.445,17 €

No que concerne aos encargos com “Aquisições e Serviços” a evolução tem sido como se dá conta:

	2014	2013	2012	2011	2010
Aquisição de bens e serviços	19.795.448,23 €	19.332.548,80 €	17.887.358,42 €	17.554.458,01 €	17.637.077,49 €



O acréscimo verificado a partir de 2013 deve-se essencialmente ao facto de o Município ter celebrado um contrato de serviços de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana, serviço que era executado pelo pessoal da Autarquia.

Inclui-se, também, nesta rubrica a despesa com o pagamento anual da dívida à EDP, negociada em 1997. O montante amortizado no ano de 2014 foi de 1.542.722,04 €, de acordo com o plano de pagamentos acordado.

a. Serviço da Dívida

No Serviço da Dívida, inclui-se, para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, os juros suportados com indemnizações e de garantias prestadas à Autarquia. No ano de 2014, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 3.783.274,84€, repartidos entre juros e amortização de capital.

Operações Financeiras	
Juros e outros encargos	389.105,84 €
Passivos financeiros - amortização	3.394.169,00 €
Total	3.783.274,84 €

b. Transferências Correntes

Nesta rubrica inclui-se as transferências de natureza corrente efectuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2014 se repartiram da seguinte forma:



Transferências	
Freguesias	1.312.018,33 €
Associações de Municípios	5.854,00 €
Outras Entidades	103.277,00 €
Administração Central	480.623,93 €
Instituições sem fins lucrativos	2.145.533,23 €
Famílias	569.348,66 €
Total	4.616.655,15 €

Detalhe das transferências efectuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados:

Freguesia da Lomba	90.096,41 €
Freguesia de Baguim do Monte	113.175,50 €
Freguesia de Rio Tinto	273.514,13 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	233.728,37 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	173.209,61 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	265.439,86 €
União de Freguesias de Melres e Medas	162.854,45 €

No que concerne às transferências efectuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo:

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	
Areosa - Rio Tinto	113.027,38 €
Gondomar	131.905,76 €
Melres	104.898,94 €
São Pedro da Cova	106.627,56 €
Valbom	116.155,46 €



Programa de Apoio ao Associativismo	
Cultural	171.478,00 €
Desportivo	670.125,32 €
Social	87.632,89 €

c. Passivo Municipal

No quadro abaixo apresenta-se a evolução do Passivo Municipal, incluindo os valores de Operações de Tesouraria e das Garantias prestadas por terceiros, em posse da Autarquia.

DESCRIÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
Dividas a terceiros - Médio e Longo Prazo	99.909.997	104.844.137	-4,706%
Provisão para riscos e encargos	10.973.245	6.659.907	64,766%
Dividas a terceiros - Curto Prazo	9.987.520	6.388.516	56,336%
Acréscimos e diferimentos	70.764.672	71.410.361	-0,904%
PASSIVO	191.635.434	189.302.921	1,232%



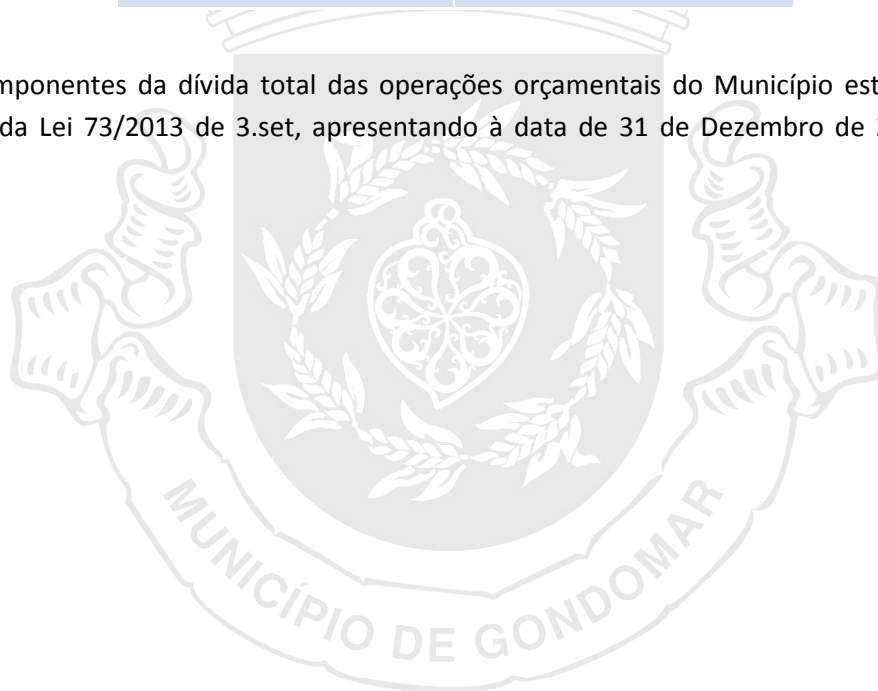


5. Endividamento Líquido

De acordo com o artº 52º da Lei nº 73/2013, 03.09 – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Receita Corrente	
2013	58.205.915,80 €
2012	56.861.138,65 €
2011	59.006.074,30 €
Média	58.024.376,25 €
1,5*Média	87.036.564,38 €

Os componentes da dívida total das operações orçamentais do Município estão definidos no nº.2, art. 52º da Lei 73/2013 de 3.set, apresentando à data de 31 de Dezembro de 2014 a seguinte composição:





GONDOMAR
é Ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Município de Gondomar		
Designação	Valor 2014	Valor 2013
Empréstimos	47.495.068,90 €	50.886.487,00 €
Dívida EDP	52.414.927,75 €	53.957.650,00 €
Fornecedores	3.606.835,39 €	4.569.041,00 €
Fornecedores Imobilizado	643.097,28€	442.810,00 €
Estado	5.317,61 €	289.565,00 €
Outros credores	333.833,61 €	87.100,00 €
Total	104.499.080,54€	110.232.653,00 €
Empresas Participadas		
	Imputada ao Município	
Lipor	12.018.907,73 €	13.782.359,02 €
AMP	5.605,59 €	11.069,67 €
APCH	22,91 €	15,49 €
ANMP	501,70 €	539,00 €
Primus	- €	36,71 €
Gondomar Coração de Ouro	22.866,93 €	18.466,01 €
Total	12.047.904,86 €	13.812.485,90 €
Total Endividamento	116.546.985,40 €	124.045.138,28 €

Conjugando o disposto no nº. 3 do referido artigo e o estipulado na secção III do citado diploma legal, temos que o Município de Gondomar tinha a obrigação de reduzir, no exercício de 2014, 10% do montante em excesso (116.546.985,40 € - 87.036.564,38 € = 29.510.421,02€), ou seja 2.951.042,10€. A redução verificada foi de 6.388.089,95€, claramente superior ao mínimo exigido.

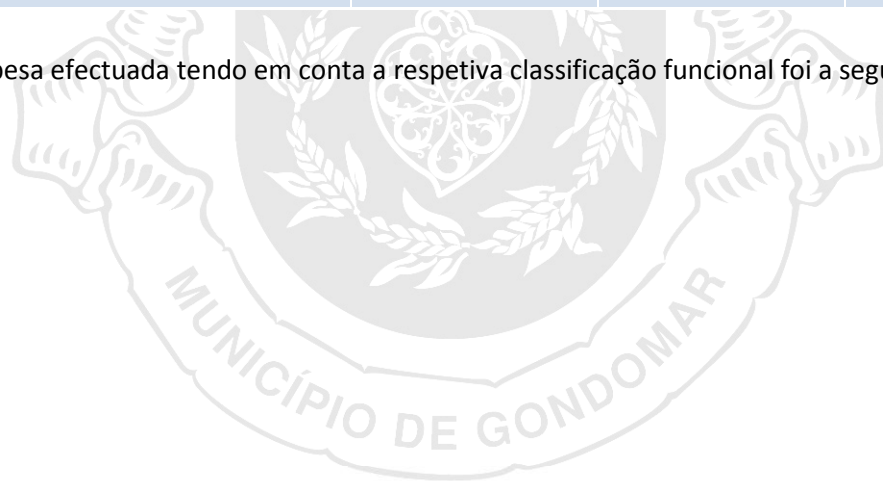
A Empresa Municipal “Gondomar Coração de Ouro” encontra-se em liquidação à data de 31 de Dezembro de 2014.

6. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2014 está reflectida no quadro seguinte:

	Dotação	Pago	Exec. %
Educação	5.554.571,40 €	4.500.566,58 €	81,02%
Cultura, Desporto e Tempos Livres	2.818.200,00 €	1.450.163,61 €	51,46%
Acção Social	1.076.000,00 €	725.460,24 €	67,42%
Habitação	746.450,00 €	566.569,87 €	75,90%
Urbanismo	1.194.200,00 €	591.874,44 €	49,56%
Saneamento e Salubridade	7.444.000,00 €	7.259.384,52 €	97,52%
Proteção Civil	15.000,00 €	4.500,00 €	30,00%
Desenvolvimento Económico	2.083.747,00 €	1.976.351,08 €	94,85%
Comunicações e Transportes	6.069.488,60 €	4.582.696,90 €	75,50%
Defesa do Meio Ambiente	80.200,00 €	38.870,48 €	48,47%
Serviços Públicos	6.000,00 €	- €	0,00%
Serviços Municipais	1.053.456,00 €	663.127,36 €	62,95%
Totais	28.141.313,00 €	22.359.565,08 €	79,45%

A despesa efectuada tendo em conta a respetiva classificação funcional foi a seguinte:





Serviços gerais de administração pública	11.898,41 €	0,05%
Administração geral	577.958,09 €	2,58%
Proteção civil e luta contra incêndios	7.196,11 €	0,03%
Educação	2.873.231,13 €	12,85%
Ensino não superior	129.792,54 €	0,58%
Saúde	37.956,48 €	0,17%
Ação Social	687.503,76 €	3,07%
Habituação	566.569,87 €	2,53%
Ordenamento do território	584.254,58 €	2,61%
Resíduos sólidos	7.259.384,52 €	32,47%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	77.064,52 €	0,34%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	2.380,71 €	0,14%
Cultura	270.941,48 €	1,21%
Desporto, recreio e lazer	2.676.765,04 €	11,97%
Indústria e energia	720.423,81 €	3,22%
Transportes e comunicações	3.080.183,03 €	13,78%
Transportes rodoviários	1.502.513,87 €	6,72%
Turismo	7.619,86 €	0,03%
Outras funções económicas	1.255.927,27 €	5,62%
Total	22.359.565,08 €	100,00%





IV- Balanço e Demonstração de Resultados





Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.362.830,26		5.362.830,26	5.329.045,59
452	Edifícios	944.503,36	103.955,80	840.547,56	852.651,25
453	Outras construções e infra-estruturas	192.431.555,17	118.990.011,87	73.441.543,30	81.794.321,21
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23		137.506,23	137.506,23
459	Outros bens de domínio público	8.568.073,78	922.813,25	7.645.260,53	8.087.927,09
445	Imobilizações em curso	4.117.931,56		4.117.931,56	3.159.354,60
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		211.562.400,36	120.016.780,92	91.545.619,44	99.360.805,97
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	868.639,91	868.639,91		2.094,70
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
434	Outras imobilizações incorpóreas				
		868.639,91	868.639,91		2.094,70
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	39.145.771,00		39.145.771,00	37.971.694,49
422	Edifícios e outras construções	255.951.256,72	32.672.202,45	223.279.054,27	217.061.742,72
423	Equipamento básico	4.259.991,49	2.704.485,24	1.555.506,25	1.195.457,21
424	Equipamento de transporte	2.719.011,08	2.188.198,35	530.812,73	512.944,72
425	Ferramentas e utensílios	426.356,69	309.735,39	116.621,30	89.718,91
426	Equipamento administrativo	4.067.350,49	3.305.269,56	762.080,93	490.559,74
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	4.968.847,19	3.544.241,65	1.424.605,54	551.420,36
442	Imobilizações em curso	7.259.069,01		7.259.069,01	14.181.473,23
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00		1.249.992,00	1.249.992,00
		320.047.645,67	44.724.132,64	275.323.513,03	273.305.003,38
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	910.653,01	371,15	910.281,86	910.281,86
412	Obrigações e títulos de participação	2.847.639,87		2.847.639,87	12.750,00
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3.758.292,88	371,15	3.757.921,73	923.031,86
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				

**BALANÇO**

Código das contas POCAL	ACTIVO	Exercícios			
		2014			2013
		AB	AP	AL	AL
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	2.295.520,70		2.295.520,70	2.478.095,72
212	Contribuintes, c/c	306.911,72		306.911,72	80.892,92
213	Utentes, c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	306.162,46	306.070,93	91,53	
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores				
214	Impostos liquidados p/ Estado				
215	Outras Entidades				
217	Clientes e utentes c/ caução				
		2.908.594,88	306.070,93	2.602.523,95	2.558.988,64
	Titulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.231.939,05		3.231.939,05	7.927.842,59
11	Caixa	17.004,93		17.004,93	18.728,43
		3.248.943,98		3.248.943,98	7.946.571,02
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	1.231.380,54		1.231.380,54	1.122.700,96
272	Custos diferidos	149.936,08		149.936,08	157.199,22
		1.381.316,62		1.381.316,62	1.279.900,18
	Total das amortizações		165.609.553,47		
	Total das provisões		306.442,08		
	Total do activo	543.775.834,30	165.915.995,55	377.859.838,75	385.376.395,75



Câmara Municipal de Gondomar

BALANÇO

Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2014	2013
	Fundos próprios		
51	Património	172.788.724,93	172.097.252,93
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1.344.269,21	1.344.269,21
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	3.096.583,27	3.089.375,26
577	Reservas decorrentes de transferência de activos		
59	Resultado transitados	19.401.345,41	23.311.729,09
88	Resultado líquido do exercício	-10.406.517,23	-3.769.151,12
		186.224.405,59	196.073.475,37
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	10.973.244,67	6.659.906,87
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	44.041.033,90	47.495.066,90
2689	Credores de médio e longo prazo - EDP	50.825.937,19	52.414.927,75
		94.866.971,09	99.909.994,65
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	3.454.035,00	3.391.419,93
26892	Dívida à EDP - encargo anual de curto prazo	1.588.990,56	1.542.722,04
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	800.835,83	269.071,79
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.733.906,84	2.237.624,58
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	72.092,72	313.506,15
24	Estado e outros entes públicos	282.363,51	281.945,14
264	Administração autárquica	6.675,63	
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	5.448.547,91	2.157.064,88
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	643.097,28	1.129.303,79
		15.030.545,28	11.322.658,30
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.513.688,59	3.247.135,93
274	Proveitos diferidos	67.250.983,53	68.163.224,63
		70.764.672,12	71.410.360,56
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	377.859.838,75	385.376.395,75

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede

.....

Câmara Municipal de Gondomar
Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	Custas e Perdas	Exercícios			
		2014		2013	
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
612	Mercadorias				
616	Matérias				
62	Fornecimentos e serviços externos	19.579.019,69		18.748.787,67	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	17.567.843,16		19.372.258,51	
643 a 648	Encargos sociais	5.211.790,74	42.358.653,59	4.964.695,04	43.085.741,22
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	4.480.192,54	4.480.192,54	5.329.660,25	5.329.660,25
66	Amortizações do exercício	16.401.196,75		15.866.951,52	
67	Provisões do exercício	4.382.087,80	20.783.284,55	124.789,20	15.991.740,72
65	Outros custos e perdas operacionais	369.348,81	369.348,81	463.001,43	463.001,43
	(A)		67.991.479,49		64.870.143,62
68	Custos e perdas financeiras	413.193,15	413.193,15	436.031,59	436.031,59
	(C)		68.404.672,64		65.306.175,21
69	Custos e perdas extraordinárias	1.178.187,84	1.178.187,84	2.099.201,04	2.099.201,04
	(E)		69.582.860,48		67.405.376,25
	Resultado líquido do exercício	0,00	-10.406.517,23	0,00	-3.769.151,12
			59.176.343,25		63.636.225,13
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		50.073,31	
7112+7113	Vendas de produtos	43.628,78		10.226,43	
712+715	Prestações de serviços	7.216.493,13		6.227.436,27	
713	Rendas	4.707.274,39	11.967.396,30	4.868.659,29	11.156.395,30
72	Impostos e taxas	21.406.080,50		23.548.267,94	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	23.531.124,64		26.207.493,08	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		44.937.205,14		49.755.761,02
	(B)		56.904.601,44		60.912.156,32
78	Proveitos e ganhos financeiros	189.710,60	189.710,60	317.580,05	317.580,05
	(D)		57.094.312,04		61.229.736,37
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.082.031,21	2.082.031,21	2.406.488,76	2.406.488,76
	(F)		59.176.343,25		63.636.225,13

Resumo:

Resultados operacionais (B) - (A)	-11.086.878,05	-3.957.987,30
Resultados financeiros (D-B) - (C-A)	-223.482,55	-118.451,54
Resultados correntes (D)-(C)	-11.310.360,60	-4.076.438,84
Resultados líquidos do exercício (F) - (E)	-10.406.517,23	-3.769.151,12

ORGÃO EXECUTIVO

Em.....dede

ORGÃO DELIBERATIVO

Em.....dede



V- Análise ao Balanço

1. Imobilizado

Os investimentos efetuados, no ano de 2014, em Imobilizações Corpóreas e Bens do Domínio Público atingiram o montante de refletem-se no seguinte quadro:

Conta patrimonial	Rubrica	Investimento
451	Terrenos do domínio público	33 125
453	Outras construções e infraestruturas	660 236
445	Imobilizações em curso do domínio público	4 167 106
421	Terrenos e recursos naturais	681 670
423	Equipamento básico	644 530
424	Equipamento de transporte	106 529
425	Ferramentas e utensílios	56 205
426	Equipamento administrativo	581 489
429	Outras imobilizações corpóreas	243 003
442	Imobilizações em curso	3 422 841
	TOTAIS	10 596 738

As transferências de Imobilizado em curso para o Imobilizado técnico foram de 14.594.370,00€ e o montante dos abates totaliza o valor de 171.588,00€

O processo de inventariação do imobilizado da Autarquia encontra-se em permanente atualização.

2. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros, no final do ano, atingiram o valor 2.869.992,87 € e decompõem-se da seguinte forma:

Designação	Valor
Programa URBAN II	346 550,26 €
POLIS	1 891 367,30 €
Receita virtualizada:	



Impostos e Taxas	312 325,55 €
Venda de bens e serviços	319 749,76 €
Total	2.869.992,87 €

3. Disponibilidades

Do montante em caixa de 17.004,93€, o valor em numerário é de 16.386,83 € sendo que o valor em cheques recebidos, por depositar em 31 de Dezembro, é de 618,10 €. O saldo em depósitos à ordem é de 3.231.939,05 €.

4. Endividamento

O valor global da dívida no final do ano de 2014 é de 108 710 557 euros distribuída da seguinte forma:

	2014	2013
Empréstimos bancários de médio e longo prazo	47 495.068	50 886 486
Fornecedores e credores de curto prazo	800 835	269 071
Fornecedores de imobilizado	72 092	313 506
Outros credores	5 455 223	2 157 064
Credores por operações de tesouraria		
Estado e outras entidades	282.363	281 945
Cauções e garantias	2 190 149	2 062 345
EDP - Dívida Consolidada a Longo Prazo	52 414 827	53 957 649



Da análise do quadro verifica-se que:.

- O Passivo Global Municipal aumentou de 2013 para 2014, em 3 599 003, em grande medida por imposição da Lei nº 53/2014, 25.08 que constituiu o Fundo de Apoio Municipal e que obrigou a relevar contabilisticamente o contributo do Município de Gondomar de 2.834.889,00€ pelo período de 7 anos. Em contrapartida, este valor ficou registado no Ativo na rubrica Investimentos Financeiros.
- A dívida com empréstimos bancários, que representa cerca de 43 % do Passivo Municipal, diminuiu 6 %, relativamente a 2013.
- A dívida com a EDP, que representa 48% do valor global da dívida, foi negociada pelo Executivo, em Julho de 1997, e, resultou de facturação não paga, referente a energia fornecida pela EDP, entre 1978 e 1988, e que, no final de 1994, atingia o valor global de 201.132.166, incluindo os respectivos juros de mora.
- Após a negociação, o valor da dívida foi fixado em 68 136 855 euros, excluindo-se, do acordo inicial, todos os juros reclamados. Foi, ainda, incluído neste acordo, o débito aos SMAS do Porto, referente ao fornecimento de água nos anos de 1992 e 1993 no montante de 4 077 351 euros.

O mapa do anexo 8.3.6.1 retrata a composição da dívida com empréstimos a médio e longo prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Data contrato	Visto Tribunal Contas	Nº registro	Data	FINALIDADES		Capital		Taxa de juro		Periodicidade	Encargos do ano 2014		Divida em 1 de Janeiro 2014	Divida 31 de Dezembro de 2014
						Contratado	Utilizado	inicial	actual		Amortização	Juros		
27-12-06														
08-09-95	15-12-96	89023	04-12-96	Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	1425.987,37	1425.987,37	2,625%	19,50%	Semestral	63.545,99	1048,50	52.515,55	448.605,56
25-07-93	20-03-97	6288	10-02-97	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	7.651.599,74	7.400.002,56	2,88%	19,90%	Semestral	302.838,17	10.240,76	3.384.433,08	3.081.494,91
25-07-97	01-06-97	37366	15-10-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	12.110.663,49	12.110.663,49	1,453%	0,5800%	Semestral	585.421,63	11979,17	5.616,671,98	5.028.250,45
25-07-97	01-06-97	35560	07-07-97	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	12.110.663,49	12.110.663,49	1,500%	0,5880%	Semestral	585.430,85	11.959,29	5.616,671,96	5.028.241,11
11-02-00	08-09-00	1486	12-07-00	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	49.180,475	49.180,475	1,83%	0,9800%	Trimestral	25.900,57	10,46	175.844,69	149.264,12
15-07-01	03-09-01		a)	Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries (I)	(a)	1246.994,74	962.128,43	1,417%	4,9615%	Semestral	59.327,01	1.753,68	480.925,41	421.598,40
16-06-05	23-06-05	1886	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Multiusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	(d)	9.000.000,00	9.000.000,00	2,275%	0,1670%	Trimestral	473.684,20	22.442,03	5.565.789,55	5.092.105,35
16-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(d)	1574.797,00	1574.797,00	2,040%	3,7830%	Trimestral	57.201,22	29.487,61	143.1930,09	1374.728,87
16-06-10	29-10-10	566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(d)	2.580.407,00	2.580.407,00	2,000%	1,8600%	Trimestral	89.757,72	47.572,67	2.433.917,15	2.344.741,43
				Sub - Total (empréstimos excepcionados)		48.192.877,58	47.396.454,08				2.242.825,26	136.294,17	25.211.655,46	22.969.030,20
28-02-07	03-03-08	1409	04-02-08	Financiamento destinado à aquisição 319 fogos de habitação Social (complementar)		4.400.000,00	4.400.000,00	5,000%	0,1280%	Trimestral	177.753,63	11671,94	3.529.156,02	3.351.402,39
28-02-07	03-03-08	1415	04-02-08	Financiamento destinado à aquisição 166 fogos de habitação Social - Mo.S.Petro da Cova		4.007.516,00	4.007.516,00	2,370%	1,3620%	Trimestral	160.860,64	4.189,17	3.176.199,07	3.016.338,43
28-02-07	03-03-08	1413	04-02-08	Financiamento destinado à aquisição 100 fogos de habitação Social - Baquim do Monte		2.601.644,00	2.601.644,00	2,370%	0,9400%	Trimestral	104.429,30	2.726,07	2.061.960,37	1.957.531,07
16-02-09	09-03-09	1414	04-02-08	Financiamento destinado à aquisição 83 fogos de habitação Social - Zorra, S. Cosme		2.214.789,20	2.214.789,20	2,370%	0,9400%	Trimestral	88.301,05	2.320,71	1.755.354,53	1.666.453,48
16-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Constituição do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar		860.000,00	860.000,00	2,840%	3,7830%	Trimestral	31.341,18	16.53,40	78.1980,08	750.638,90
16-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares		3.035.203,00	3.035.203,00	2,840%	3,7830%	Trimestral	114.446,40	58.860,44	2.850.774,82	2.736.328,42
09-07-09	10-09-09	1657	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em St. Eulália		1520.136,00	1520.136,00	3,220%	2,0600%	Trimestral	50.647,75	29.565,88	1.341.393,51	1.290.745,76
09-07-09	10-09-09	1654	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana		1.831.436,80	1.831.436,80	3,220%	2,0600%	Trimestral	394.29,84	23.07,24	1.044.284,45	1.004.854,81
09-07-09	24-09-09	1655	08-10-09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em St. Eulália		3.201.978,80	3.201.977,20	1,060%	0,7300%	Semestral	126.933,00	19.21,19	2.719.093,98	2.592.160,98
09-07-09	24-09-09	1656	08-10-09	Financiamento para aquisição de 88 fogos na Triana		2.492.729,60	2.492.729,60	1,060%	0,7300%	Semestral	98.816,97	14.566,63	2.116.806,47	2.017.989,50
06-08-09	16-11-09	88	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giestra		460.253,00	460.253,00	1,060%	0,7300%	Semestral	18.040,26	2.916,99	417.369,45	399.329,19
16-06-10	29-10-10	566	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares		3.149.593,00	3.149.593,00	2,960%	1,8600%	Trimestral	105.569,30	59.519,37	2.970.759,92	2.865.189,62
27-12-12	02-07-13	118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Via Verde		909.699,70	909.699,70	1,100%	14,900%	Semestral	31.623,55	10.320,71	909.699,70	878.076,15
				Sub - Total (empréstimos não excepcionados)		30.136.975,10	30.136.977,50				1.148.792,67	255.562,74	25.674.831,37	24.526.035,70
				TOTAL		78.329.856,68	77.533.431,58				3.391.417,93	391.856,91	50.886.486,83	47.495.068,90

(a) Empréstimo contratado ao abrigo do DL 38-C/2007 de 8/2 e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61
 (b) Decreto - Lei 153/93 de 7 de Maio - artº 2 adaptado pela Lei nº 34/96 de 29/8 e Lei 2/2007 - al. b) nº 2 artº 61
 (c) - Lei nº 42/98 de 6/8 - al. c do nº 6 do artº 24º e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61
 (d) - Lei nº 55/2004 (OE) do nº 6 do artº 20º - projectos comparticipados FEDER e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61



5. Custos e Proveitos

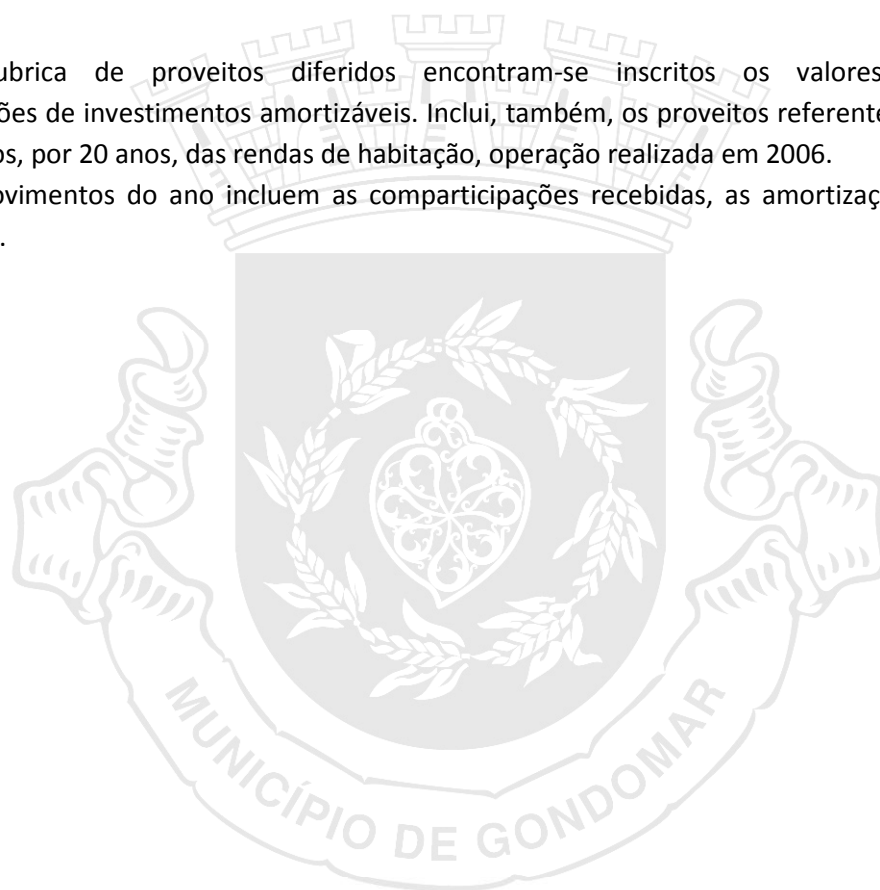
Os Proveitos totais gerados pela Autarquia foram de 58.567.225,00€, enquanto os Custos e Perdas do exercício foram de 69.582.860,00€.

O Resultado Líquido do Exercício, gerado durante o ano de 2014, foi negativo e atingiu o valor de 11.015.634,64€.

6. Proveitos Diferidos

Na rubrica de proveitos diferidos encontram-se inscritos os valores referentes a comparticipações de investimentos amortizáveis. Inclui, também, os proveitos referentes à cedência de créditos futuros, por 20 anos, das rendas de habitação, operação realizada em 2006.

Os movimentos do ano incluem as comparticipações recebidas, as amortizações e eventuais regularizações.





Programas - Descrição	2014	Total Programa
Biblioteca Municipal - 274511101		
Biblioteca Municipal		1.154.454,00
Programa POLIS - 274511102		
Requalificação Urbana e Ambiental da Zona Ribeirinha		8.918.484,30
Programa PER - 274511103		
PER Bairro Mineiro		869.131,67
Programa Pro-Habita - 274511104		
Programa Pro-Habita St Eulália		3.201.978,80
Programa Pro-Habita Triana		2.492.729,60
Programa Pro-Habita Giesta		460.253,00
Programa Pro-Habita Ponte		315.532,00
Programa Pro-Habita Vila Verde		1.119.630,40
URBAN II - 274511109		7.079.923,25
Requalificação e criação de espaços públicos - 1ª fase		129.120,63
Centro de Multivalências dos Carreiros		662.298,81
Requal. Criação Espaços Públicos - Esp. Env. Esc. Boucinha		196.943,23
Requal. Criação Espaços Públicos - Esp. Env. Esc. Santegãos		41.192,21
Apoio à integração e Mobilidade Pessoas Deficientes		67.280,96
Req. do Espaço Env. e das Fachadas do C. Hab. de Carreiros		439.846,25
Requal. Criação Espaços Públicos - Benef. Arruamentos Área de Intervenção 1ª fase		178.267,72
Requal. Criação Espaços Públicos - Benef. Área de Intervenção 2ª fase		360.164,15
Jardim de Infância da Triana		214.050,05
Mercado da Areosa		447.338,77
ON- Operação Norte - 274511110		
Reabilitação Urbana Triana Areosa - Rio Tinto		61.621,97
Via Estruturante Norte - Sul (Av. Conduta)		56.762,76
Duas passagens inferiores sob a linha CF Leixões		38.866,78
Gondomar - Espaço Ourivesaria		152.805,98
Remodelação, Conservação Parque Escolar de Gondomar		168.206,46
Pavilhão Multiusos		3.130.487,11
Infraestruturas Eixos Viários		102.367,00
Construção da nova Ponte de Foz de Sousa		278.577,28
Beneficiação da Ligação de Ponte Foz de Sousa a Jancido		366.107,10
Beneficiação da Estrada D. Miguel		1.142.792,61
Quinta da Bandeirinha		438.340,14



PSC - Programa Sociedade do Conhecimento - 27451111		
Metropolis Digital	13.370,50	593.175,33
POSI - Projecto 483/2.1/C/NOR Espaço Internet Gondomar		78.127,83
POA Programa Operacional do Ambiente - 27451113		
Requalificação e Valorização Ambiental do Vale de Rio Tinto		787.616,98
Habitação Social D.L. 226/87- 27451114		
Habitação Social - Baguim do Monte		456.044,00
Habitação Social - S. Cosme		260.079,60
Habitação Social - S. Pedro Cova		636.362,00
QREN - 27451115 e 18		
Escola EB1/JI Seixo		346.786,02
Escola EB1/JI Bela Vista 2	13.033,72	599.062,16
Escola EB1 da Arroteia		434.200,96
Escola EB1 de S. Caetano 1		303.466,78
Escola EB1 Passal	8.428,72	168.719,48
Centro Escolar de Valbom	61.362,37	2.603.214,51
Centro Escolar de Carvalho e Mó	98.423,26	1.974.273,42
Parque Tecnológico e de Negócios de Gondomar		4.075.794,53
Centro Escolar de Boavista- Lourinha		2.760.296,44
Centro Escolar de Gondomar		2.421.515,07
Centro Escolar da Venda Nova		1.980.626,20
Centro Escolar de Baguim do Monte		1.987.612,80
Ligação da Rua dos Carregais (IC29) à EN209	20.104,86	402.097,30
Ligação da Avenida da Conduta à ZI da Portelinha	16.290,10	346.164,95
Quadros interactivos	76.874,45	121.060,85
Plano Municipal de Emergência		62.536,97
Requalificação Rede Escolar - DREN 27411117		
Escola E.B. 2,3 de Rio Tinto	249.613,72	5.505.572,22
Escola E.B. 2,3 de Gondomar	163.397,72	5.873.422,69
Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN		
Jl de St. Eulália		246.959,99
Jl Pinheiro de Além	5.659,04	81.273,86
Jl Portelinha nº2		81.219,33
Centro Infantil dos Carregais	113.550,11	262.182,16
Regulação da iluminação pública em Gondomar		
	665.000,00	665.000,00



7. Acréscimos de Proveitos

Nesta rubrica registam-se os proveitos reconhecidos em Dezembro de 2014, mas que só se traduzirão em receita em 2015.

	Valor
Imposto Municipal sobre Imóveis	159.545
Imposto Municipal sobre Transações	125.270
Imposto Único de Circulação	233.475
Contribuição Autárquica	602
Comissão de encargos de cobrança de rendas	50.605
Rendas de habitação - cessão de créditos	58.349

8. Acréscimos de Custos

Os acréscimos de custos incluem os custos do exercício de 2014 a liquidar em exercícios futuros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Telefone, água, energia e gás	137.339
Juros de empréstimos e outros encargos financeiros	51.928
Subsídios concedidos	192.735
Férias e subsídio de Férias a pagar ao pessoal	1.417.328
Encargos com pessoal do mês de Dezembro	297.028



9. Custos Diferidos

Os valores referentes às despesas pagas em 2014, mas que se referem a custos de 2015, explicitam-se no mapa a seguir:

Natureza	Valor
Rendas de edifícios	3.064
Seguros	146.673

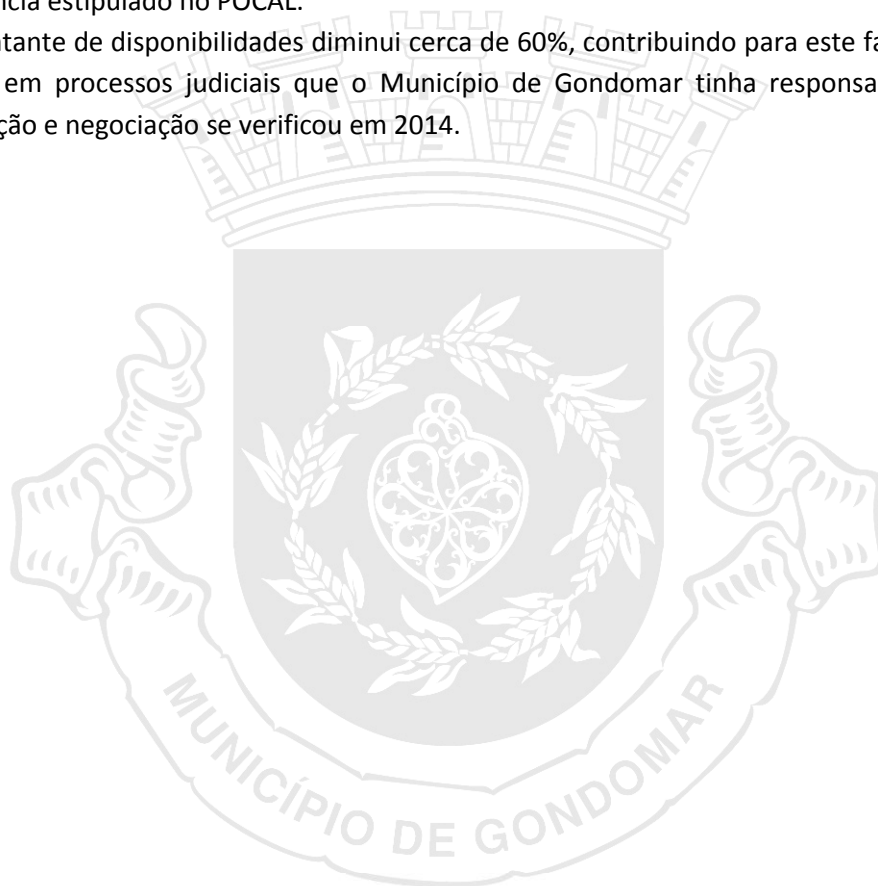
10. Balanço sintético

DESCRIÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
Imobilizado	1.194.627.053	373.590.936	219,769%
Dividas de Terceiros	2.602.524	2.558.989	1,701%
Disponibilidades	3.248.944	7.946.571	-59,115%
Acréscimos e diferimentos	1.381.317	1.279.900	7,924%
ATIVO	1.201.861.852	385.378.409	211,865%
Património	172.788.725	172.097.253	0,402%
Reservas	4.440.852	4.433.644	0,163%
Resultados	19.401.346	23.311.729	-16,774%
Fundos Próprios	196.630.923	199.842.626	-1,607%
Dividas a terceiros - Médio e Longo Prazo	99.909.997	104.844.137	-4,706%
Provisão para riscos e encargos	10.973.245	6.659.907	64,766%
Dividas a terceiros - Curto Prazo	9.987.520	6.388.516	56,336%
Acréscimos e diferimentos	70.764.672	71.410.361	-0,904%
PASSIVO	191.635.434	189.302.921	1,232%



Da análise comparativa, verifica-se que:

- O Ativo Líquido da Autarquia diminui cerca de 2% em função das depreciações anuais que vêm sendo contabilizadas segundo as regras do POICAL.
- As Provisões para riscos e encargos relevam um reforço de 4.382.087,80 € em relação a 2013 (aumento de 65%), por via da sentença conhecida do Tribunal e Administrativo e Fiscal do Porto que mesmo tendo ocorrido em 2015, trata-se de um acontecimento subsequente entre a data do Balanço e a aprovação das Demonstrações Financeiras, em cumprimento do princípio da prudência estipulado no POICAL.
- O montante de disponibilidades diminui cerca de 60%, contribuindo para este facto os encargos pagos em processos judiciais que o Município de Gondomar tinha responsabilidades e cuja resolução e negociação se verificou em 2014.



VI- Análise da Demonstração de Resultados

DESCRIÇÃO	2014	2013	VARIAÇÃO
CUSTOS E PERDAS			
Matérias - primas			
Fornecimentos e Serviços Externos	19.579.019	18.748.788	4,428%
Pessoal	22.779.633	24.336.953	-6,399%
Transferência e Subsídios Correntes	4.480.192	5.329.661	-15,770%
Amortizações e Provisões	20.783.285	15.991.741	29,963%
Custos Operacionais	369.348	463.001	-20,227%
Custos Financeiros	413.193	436.032	-5,238%
Outros Custos	1.178.187	2.099.201	-43,875%
TOTAL	69.582.860	67.405.377	3,223%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestações de Serviços	11.358.278	11.156.396	1,810%
Impostos e Taxas	21.406.080	23.548.267	-9,097%
Transferências e Subsídios Correntes	23.531.124	26.207.493	-10,212%
Proveitos Financeiros	189.710	317.580	-40,264%
Outros Proveitos	2.082.031	2.406.488	-13,483%
TOTAL	58.567.223	63.636.224	-7,966%

Os Proveitos do Exercício são de 58.567.225 euros, tendo aumentado em 1% relativamente ao ano anterior.

Os Custos do Exercício atingiram o valor de 69.582.860 euros, tendo aumentado 3,23 % comparativamente a 2012.

Os Resultados líquidos obtidos foram de – 10 406 517 euros.

1. Custos e Perdas

Os Fornecimentos e Serviços Externos desagregam-se da seguinte forma:

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013	Variação
Eletricidade - Iluminação Pública	2.279.946	2.209.268	3,20%
Eletricidade - Consumo de energia	1.540.740	1.359.291	13,35%
Combustíveis	1.297.628	1.348.754	-3,79%
Água	647.417	602.782	7,40%
Outros fluídos	11.736	8.900	31,87%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	33.372	35.075	-4,85%
Livros e documentação técnica	1.087	322	237,47%
Material de escritório	144.813	165.393	-12,44%
Artigos para oferta	64.392	43.357	48,51%
Rendas e alugueres	220.801	253.692	-12,97%
Despesas de representação	1.099	2.152	-48,94%
Comunicações	245.165	290.236	-15,53%
Seguros	303.260	91.877	230,07%
Deslocações e estadas	1.428		
Comissões	4.378	3.409	28,42%
Honorários	2.498	9.530	-73,79%
Conservação e reparação	1.315.161	2.122.752	-38,04%
Publicidade e propaganda	154.649	38.261	304,19%
Limpeza, higiene e conforto	4.439.662	5.946.918	-25,35%
Vigilância e segurança	88.296	124.137	-28,87%
Trabalhos especializados	562.663	458.438	22,73%
Tratamentos de resíduos sólidos	1.747.296		
Transportes escolares	314.048		
Encargos de cobrança	748.071	765.928	-2,33%
Outros fornecimentos e serviços	3.409.414	2.868.297	18,87%
	19.579.019	18.748.769	4,43%



Os custos com Bens e Serviços apresentam um aumento de 4% comparativamente ao ano de 2013. Este aumento resulta da rubrica de limpeza, higiene e conforto, e refere-se ao contrato de recolha de resíduos sólidos e limpeza urbana que o Município celebrou com uma empresa, e que no ano de 2013 atingiu o montante de 3 291 156,33€, serviço este que anteriormente era executado diretamente pelos funcionários da Autarquia. Assim, se excluirmos estes encargos, verifica-se que os custos com os fornecimentos de Bens e Serviços apresentariam uma diminuição de 4% comparativamente a 2013.



2. Proveitos e ganhos

Dos Proveitos do Exercício salienta-se a rubrica de prestações de serviços e rendas, abaixo indicadas:

Prestações de Serviços	2014
Aluguer de espaços e equipamentos	12.600
Serviços culturais e desportivos	1.368.791
Resíduos sólidos	4.585.775
Mercados e feiras	233.811
Outros	143.365
	6.344.342

Rendas	2014
Habitações	1.290.125
Edifícios	230.964
Concessões e outros	2.638.197
	4.159.286

Os Proveitos Financeiros incluem, essencialmente, os juros de depósitos e o valor referente aos dividendos da empresa Portgás

Proveitos Financeiros	2014
Juros e ganhos financeiros	104.530
Ganhos em empresas participadas	80.908
	185.438

Os Proveitos Extraordinários resultam, essencialmente, da aplicação de multas e outras penalidades, do reembolso pela ARS dos consumos de energia dos Centros de Saúde de Valbom e Rio Tinto, e da amortização dos projetos comparticipados.



GONDOMAR
é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Proveitos extraordinários	2014
Alienação de imobilizações corpóreas	10.607
Benefícios de penalidades contratuais	101.474
Juros de mora	241.784
Redução de amortizações e provisões	73.684
Correções exercícios anteriores	13.049
Outros	1.641.402
	2.082.000





VII – Proposta de Aplicação de resultados

De acordo com o ponto 2.7.3.4 do POCAL, a conta 51 do Balanço -“Património”- terá que ser reforçada até apresentar um valor contabilístico de 20% do valor do Ativo Líquido.

No exercício corrente, esta premissa está, como se pode verificar no Balanço, largamente salvaguardada.

Por outro lado, o ponto 2.7.3.5 do Pocal explicita que a conta 571 “Reservas Legais”, deve ser reforçada anualmente no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, sendo o Resultado Líquido de 2014, negativo, não há lugar a aplicação de resultados.



VIII – Análise Patrimonial

- Balanços e Demonstração de Resultados
- Anexos às Demonstração Financeiras

As notas que a seguir se apresentam, respeitam a ordem apresentada no ponto 8 do POCAL, explicitando-se apenas as notas que têm significado ou são aplicadas à Autarquia.

8.1 Caracterização da Entidade

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o POCAL, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são os constantes do seguinte mapa:

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR	
1.		
2	ENDEREÇO POSTAL: Praça do Município, 4420-193 GONDOMAR	
	TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66	
	Número de identificação Fiscal: 506 848 957	
1.		
3	NÚMEROS DE ELEITORES	
	Até 10 000	<input type="checkbox"/>
	Mais de 10 000 e menos de 40 001	<input type="checkbox"/>
	Igual ou superior a 40 000	<input checked="" type="checkbox"/>
2	LEGISLAÇÃO	
	Data de constituição	Publicado no D.R.
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
	A Câmara tem Serviços Municipalizados?	<input type="checkbox"/> Não
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:	



3.2	ÓRGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva?		<input type="checkbox"/> Não
Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)		<input checked="" type="checkbox"/> Sim

3.3	ORGANOGRAMA
O organograma encontra-se anexo ao relatório.	

4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	8.1.4
----------	---	--------------

5	RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO		
Presidente: Marco André dos Santos Martins Lopes		
Vice - Presidente Luís Filipe Castro de Araújo		
Vereadores: Maria Aurora Moura Vieira		
Carlos Alberto Silva Brás		
José Fernando da Silva Moreira		
Sandra Eunice Ramos de Almeida Brandão		
Hélder Vasco dos Santos		
Figueiredo		
Maria João de Jesus Araújo Ramos das Neves		
Marinho		
Rui Ferreira de Espinheira		
Quelhas		
Rosalina Sofia Neves Martins		
Joaquim dos Santos Barbosa		
Vice - Presidente		1
Em regime de permanência		4
A meio tempo		0
Restantes vereadores		5



6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	8.1.6	
1- Descrição das características do Sistema informático 2- Demonstrações Financeiras intervalares documentadas 3- Descentralização contabilística		SCA - Sistema de Contabilidade Autárquica POAL disponibilizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC)	
			Não
			Não
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE	8.1.7	
7.1	Fundos Municipais atribuídos		
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	Corrente	Capital
	Fundo Social Municipal		
	Participação no IRS		
	TOTAL		
7.2	Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	29.618.742,00	
7.3	Acções de Fiscalização		
Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município: Data de acção <u>-26/03/09 a 16/06/2009</u> - Período abrangido 01/01/ <u>2006 a 31/12/2008</u> - Entidade <u>IGF</u> Auditoria "Controlo do Endividamento do Município" - Procº 2009/25/A3/417			



8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogados e dos respectivos balanços e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem um imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local:

A Autarquia de Gondomar implementou o novo sistema de contabilidade (POCAL), no ano de 2003. Este novo sistema preceitua a existência simultânea e coordenada de três tipos de registos contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e Custos.

A contabilidade de Custos, implementada ano de 2013, apresenta os seguintes resultados por funções:

Código	Função	Valor
110	Serviços gerais de administração pública	579.523,44
111	Administração geral	1.399.934,04
120	Segurança e ordem públicas	39.129,21
121	Protecção civil e luta contra incêndios	151.861,35
122	Polícia municipal	191.335,91
210	Educação	503.173,37
211	Ensino não superior	9.060.433,94
212	Serviços auxiliares de ensino	45,30
232	Ação social	333.953,57
240	Habitação e serviços colectivos	318.030,85
241	Habitação	3.262.283,77
242	Ordenamento do território	597.193,49
243	Saneamento	10.178,29
244	Abastecimento de água	3.805,22
245	Resíduos sólidos	7.644.878,99
246	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	2.356.320,92
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	35.448,79
251	Cultura	1.103.366,07
252	Desporto, recreio e lazer	4.318.322,63
253	Outras actividades cívicas e religiosas	281.046,43
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	31,16
320	Indústria e energia	3.003.167,08



330	Transportes e comunicações	56.860,45
331	Transportes rodoviários	12.994.295,22
332	Transportes aéreos	67,03
333	Transportes fluviais	946,98
340	Comércio e turismo	28.146,67
341	Mercados e feiras	79.113,70
342	Turismo	589.886,46
410	Operações da dívida autárquica	21,55
430	Diversas não especificadas	259.106,40

8.2.2 Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os de exercício anterior:

Não aplicável

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados:

Os bens de imobilizado corpóreo e de domínio público encontram-se registados no património da Autarquia pelo valor de aquisição, quando conhecido ou pelo valor de avaliação, segundo os critérios técnicos adequados. Nos bens móveis, o critério utilizado foi idêntico, sendo que para os valores do Imobilizado em Curso, o critério valorimétrico é o do valor de aquisição ou de construção;

Os Investimentos Financeiros (partes em capital) estão registados pelo valor de aquisição e foi feito um reajustamento de valor provocado pela correção da moeda (de escudos para euros);

As Dívidas de e a Terceiros são expressas pelos valores constantes nos documentos que as titulam;

As disponibilidades de Caixa e Depósitos exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas bancárias;

As Amortizações foram calculadas segundo o método de quotas constantes e das taxas previstas na Portaria 671/2000 de 17 de Abril;

As provisões foram calculadas de acordo com o estabelecido no POCAL,



8.2.4. – Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável

8.2.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afectado:

Não aplicável

8.2.6. – Comentários às contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento:

Não aplicável

8.2.7 - Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Os respectivos mapas apresentam-se mais adiante como anexos – Ativo Bruto e Amortizações e Provisões.

8.2.8 – As rubricas dos mapas atrás referidos encontram-se desagregados nos “Mapas das amortizações” e “Mapa anexo às demonstrações financeiras” de modo que sejam evidenciados as seguintes informações:

Descrição do ativo imobilizado;

Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso;

Datas de aquisição e reavaliação; valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;

Taxas de amortização;

Amortização do exercício e acumuladas;

Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados;

Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

8.2.9. – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período

Não aplicável

8.2.10. – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Não aplicável

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável

8.2.12. – Immobilizações em poder de terceiros cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

A Autarquia celebrou, em 2001, um contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e saneamento. No âmbito deste contrato foi cedido o seguinte imobilizado à Empresa Águas de Gondomar:

Designação	Localização	Tipo
Central Elevatória	Baguim do Monte - Lar dos Pequenos	Enterrada
Reservatório	Covelo - Serra	Apoiado
Reservatório	Fânzeres -Portelinha	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Compostela	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Zebreiros	Apoiado
Reservatório	Foz do Sousa - Jancido	Apoiado
Reservatório	Jovim - Oliveiras	Apoiado
Central Elevatória	Jovim - Tronco	
Captação	Lomba	
Reservatório	Lomba	Apoiado
Reservatório	Medas	Apoiado
Captação	Melres	
Central Elevatória	Melres - Sobreira	
Central Elevatória	Melres- Moreira	
Central Elevatória	Melres – Vilarinho	
Central Elevatória	Melres - EN 108	
Reservatório	Melres - Brânzelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto – Oliveiras	Elevado



Reservatório	Rio Tinto – Medancelhe	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - Coop. Mãos à Obra Soutelo	Apoiado
Reservatório	Rio Tinto - PER de Carreiros	Enterrado
Reservatório	S. Cosme - Coop. dos Func. Judiciais	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Valechão	Enterrado
Central Elevatória	S. Cosme - Gandra	
Reservatório I	S. Cosme - Ramalde	Elevado
Reservatório II	S. Cosme - Ramalde	Apoiado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Elevado
Reservatório	S. Cosme - Calvário	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bela Vista	Elevado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bocas	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Outeiro	Apoiado
Reservatório	S. Pedro da Cova - Bairro Mineiro	Enterrado
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Belói	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Ervedosa	
Central Elevatória	S. Pedro da Cova - Estrada nova	
Reservatório	Valbom - PER do Monte	Enterrado
Contadores de Água	15mm	45 794 un.
Contadores de Água	20mm	25 094 un.
Contadores de Água	25mm	147un.
Contadores de Água	30mm	223un.
Contadores de Água	40mm	512un.
Contadores de Água	50mm	223un.
Contadores de Água	60mm	2un.
Contadores de Água	65mm	9un.
Contadores de Água	70mm	22un.
Contadores de Água	80mm	14un.
Contadores de Água	100mm	3un.
Contadores de Água	150mm	2un.
Contadores de Água	200mm	3 un.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia – não existem

Imobilizações reversíveis:

Terrenos cedidos em direito de superfície para construção de parque de estacionamento no Largo Luís de Camões, S. Cosme e construção do Hospital Escola Fernando Pessoa.



Conta 448 – Adiantamentos por conta do imobilizado: O Município tem um contrato de renda resolúvel por 6 anos para aquisição das lojas sitas no Parque de estacionamento do largo de Camões, pelo valor global de 1 249 992,00€, reflectidos no Balanço.

8.2.13.- Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos:

Não aplicável

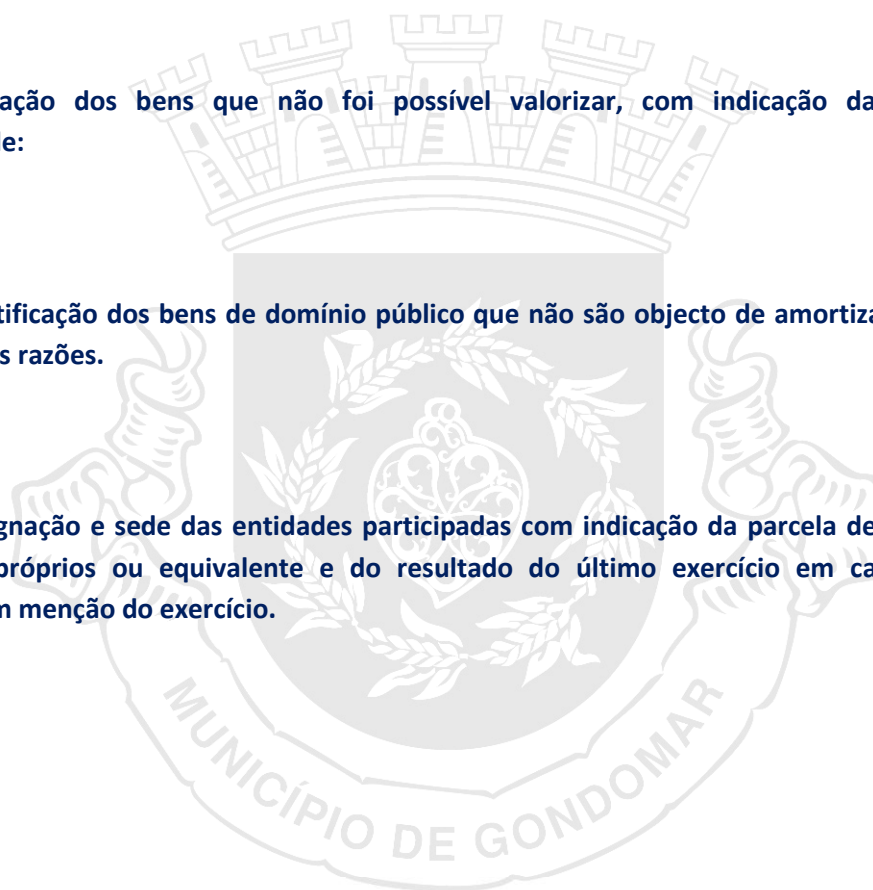
8.2.14. – Relação dos bens que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade:

Não aplicável

8.2.15. – Identificação dos bens de domínio público que não são objecto de amortização e indicação das respectivas razões.

Não aplicável

8.2.16. – Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção do exercício.



MAPA DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

ANO: 2014

Designação da Empresa	Sede	Participação do Município			Capitais Próprios
		Natureza	Parcela detida	%	
Águas Douro e Paiva, SA	Rua do Vilar, 235-º 4050-626 Porto	168 437 acções	842.185	4,34%	29.314.828
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA	Rua Linha de Torres, 41 4350- 214 Porto	3 600 acções	17.964	0,23%	172.939.000
PRIMUS MGV- Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	Rua Engº frederico Ulrich, 2650 4470- 605 Maia	100 acções	499	0,06%	200.947
Metro do Porto, SA	Av. dos Aliados, 236-1º 4000-065 Porto	1 acção	5	0,00%	-1.780.836.662
Gondomar, Coração de Ouro, EM	Av. Multiusos. 4420-015 Gondomar	50 000 acções	50.000	100,0 0%	85.757

a) Foi constituída a respectiva provisão

A empresa Municipal “Gondomar Coração de Ouro, EM” encontra-se em liquidação à data de 31 de Dezembro de 2014.

8.2.17. – Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos negociáveis” e “Outras aplicações de tesouraria”, indicação, quando aplicável da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável

8.2.18. – Discriminação da conta “Outras aplicações financeiras”, com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores do balanço.

Não aplicável



8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

Não aplicável

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

Não aplicável

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Conta 218 306 070,93 €

Os saldos das contas 216 e 214 do balancete não se reflectem no Balanço

8.2.23 - Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não aplicável

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não aplicável



8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cações prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Garantias prestadas a Terceiros:

Da CGD	244 762,96 €
Do Banco Santander Totta	21 545,89 €

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Conta 51 – Aumento resultante de Bens móveis e imóveis, já pertencentes à Autarquia mas que ainda não se encontravam incluídos no Inventário Inicial, aprovados pelos órgãos competentes, registados nesta conta conforme instruções do SATAPOCAL.

Conta 576 - Aumento resultante de Bens móveis, resultante de doações a favor do Município de Gondomar

Conta 59- Diminuição do montante, resultante da aplicação do resultado líquido de 2013, da inclusão de bens novos e da regularização do excesso de imputação a proveitos em 2013 dos subsídios ao investimento.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável

8.2.30 - Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:



Município de Gondomar

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	397.826,24	393.261,91	781	Juros obtidos	104.150,03	152.701,65
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	80.908,43	164.277,60
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	93,01	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	15.366,91	42.769,68	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-223.482,55	-118.451,54	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	4.559,13	600,80
		189.710,60	317.580,05			189.710,60	317.580,05

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Município de Gondomar

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2014

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	1.139.464,27	1.581.033,68	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	3.214,40	37.464,43	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	1.521,61	355.109,30	794	Ganhos em imobilizações	10.607,00	427.376,91
695	Multas e Penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	343.289,24	231.657,60
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	73.683,30	42.767,03
697	Correções relativas a exercícios anteriores	33.987,56	125.593,63	797	Correções relativas a exercícios anteriores	13.048,95	48.505,21
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.641.402,72	1.656.182,01
	Resultados extraordinários	903.843,37	307.287,72				
		2.082.031,21	2.406.488,78			2.082.031,21	2.406.488,78

8.2.7 – Mapa do ativo bruto e das Amortizações e provisões.

Município de Gondomar						
Ano: 2014						
Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	5.329.045,59	26.125,20	7.000,00	0,00	659,47	5.362.830,26
452 Edifícios	944.503,36	0,00	0,00	0,00	0,00	944.503,36
453 Outras construções e infraestruturas	189.474.484,39	660.236,90	0,00	0,00	2.296.833,96	192.431.555,17
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	137.506,23	0,00	0,00	0,00	0,00	137.506,23
459 Outros bens de domínio público	8.568.073,78	0,00	0,00	0,00	0,00	8.568.073,78
445 Imobilizações em curso	3.159.354,60	0,00	4.167.106,94	0,00	-3.192.248,74	4.134.212,80
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	207.612.967,56	686.362,00	4.174.106,94	0,00	-894.755,29	211.578.681,00
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433 Propriedade industrial e outros direitos	968.639,91	0,00	0,00	0,00	0,00	968.639,91
443 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	968.639,91	0,00	0,00	0,00	0,00	968.639,91
421 Terrenos e recursos naturais	37.971.694,49	5.110,00	678.560,00	0,00	492.406,48	39.145.771,00
422 Edifícios e outras construções	246.082.135,78	0,00	0,00	0,00	9.869.120,94	255.951.256,72
423 Equipamento básico	3.659.043,43	1.624,20	642.906,04	0,00	-43.582,18	4.259.991,49
424 Equipamento de transporte	2.680.436,42	11.800,00	94.729,26	67.954,82	0,00	2.719.011,08
425 Ferramentas e utensílios	296.792,60	2.288,84	53.916,54	0,00	-26.641,29	426.356,69
426 Equipamento administrativo	3.548.751,29	1.258,90	580.220,82	0,00	-62.890,52	4.067.359,49
427 Tarefas e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	3.833.806,00	486,00	242.515,22	0,00	892.037,97	4.968.847,19
442 Imobilizações em curso	14.181.473,23	0,00	3.422.841,96	0,00	-10.361.527,42	7.242.787,77
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.249.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.249.992,00
	313.604.125,24	22.589,94	5.713.699,89	67.954,82	758.923,99	320.011.364,43
411 Partes de capital	910.653,01	0,00	0,00	0,00	0,00	910.653,01
412 Obrigações e títulos de participação	12.750,00	0,00	2.834.889,87	0,00	0,00	2.847.639,87
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	923.403,01	0,00	2.834.889,87	0,00	0,00	3.758.292,88






Município de Gondomar					
Ano:	2014	Amortizações e Provisões			Unidade: Euros
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público		485			
Terrenos e recursos naturais		4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios		4852	91.852,11	12.103,69	103.955,80
Outras construções e infraestruturas		4853	107.690.163,18	11.309.848,69	118.990.011,87
Bens do património histórico, artístico e cultural		4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público		4859	490.146,69	442.666,56	922.813,25
			108.252.161,98	11.764.618,94	120.016.780,92
De Imobilizações incorpóreas		483			
Despesas de instalação		4831	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento		4832	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos		4833	866.545,21	2.094,70	868.639,91
			866.545,21	2.094,70	868.639,91
De Imobilizações Corpóreas		482			
Terrenos e recursos naturais		4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		4822			
Edifícios		48221	29.013.525,89	3.649.537,34	32.663.063,23
Outras construções		48222	6.867,17	2.272,09	9.139,26
Equipamento básico		4823	2.463.586,22	284.561,62	2.748.147,84
Equipamento de transporte		4824	2.167.491,70	88.661,27	2.256.152,97
Ferramentas e utensílios		4825	307.073,69	28.624,98	335.698,67
Equipamento administrativo		4826	3.058.191,55	316.009,65	3.374.201,20
Taras e vasilhame		4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas		4829	3.282.385,64	264.816,20	3.547.201,84
			40.299.121,86	4.634.483,11	44.933.604,97
De Investimentos em imóveis		481			
Terrenos e recursos naturais		4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:		4812			
Edifícios		48121	0,00	0,00	0,00
Outras construções		48122	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros		49			
Partes de capital		491	37.115	0,00	37.115
Obrigações e títulos de participação		492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:		495			
Depósitos em instituições financeiras		4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública		4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos		4953	0,00	0,00	0,00
			37.115	0,00	37.115

8.2.14 - Relação dos Bens por inventariar

Não aplicável

8.3.61 – Mapa dos empréstimos

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO															
CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR		Data contrato		FINALIDADES		Capital			Taxa de juro		Períodicidade	Encargos do ano 2014		Divida em 1de Janeiro 2014	Divida 31 de Dezembro de 2014
		Nº registo	Data			Contratado	Utilizado	inicial	actual	Amortização		Juros			
27-12-08															
08-09-95	18-12-96	89023	04-12-96	Aquisição de 88 fogos no lugar de Fontela destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	1425.987,37	1425.987,37	2,625%	1,9550%	Semestral	63.545,99	1048,50	512.615,55	448.605,56
25-07-93	20-03-97	6298	10-02-97	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER - (I)	(b)	CGD	7.651.559,74	7.440.002,56	2,889%	1,9900%	Semestral	302.938,17	10.240,76	3.394.433,08	3.081.494,91
25-07-97	01-08-97	37366	30-09-98	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BCP	12.10.663,49	12.10.663,49	1,453%	0,9890%	Semestral	585.421,53	11.979,17	5.618.671,98	5.028.250,45
25-07-97	01-08-97	35560	07-07-97	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	BPI	12.10.663,49	12.10.663,49	1,500%	0,9890%	Semestral	585.430,85	11.959,29	5.618.671,98	5.028.241,11
11-02-00	08-08-00	486	12-07-00	Aquisição de 25 fogos no lugar da Triana destinados a arrendamento - PER (I)	(b)	CGD	491.604,75	491.604,74	1,935%	0,9890%	Trimestral	25.900,57	110,46	175.864,69	149.264,12
13-07-01	03-09-01		a)	Empréstimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries (I)	(a)	CGD	12.46.994,74	962.228,43	1,417%	4,985%	Semestral	59.327,01	1733,68	480.925,41	421.598,40
16-06-05	23-06-05	886	31-08-05	Financiamento à construção do Pavilhão Multusos de Gondomar - (IFEDEF) - (I)	(c)	BST	9.000.000,00	9.000.000,00	2,275%	0,9701%	Trimestral	473.884,20	22.142,03	5.585.789,55	5.092.015,35
16-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares	(c)	CGD	15.74.797,00	15.74.797,00	2,040%	3,7830%	Trimestral	57.201,22	29.487,61	1.431.930,09	1.374.728,87
16-06-10	29-10-10	556	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares	(c)	BCP	2.550.407,00	2.550.407,00	2,000%	18,850%	Trimestral	89.175,72	47.572,67	2.433.917,05	2.344.741,43
				Sub - Total (empréstimos excepcionados)			48.192.877,58	47.396.454,08				2.242.625,26	136.294,17	25.211.655,46	22.989.030,20
28-02-07	03-03-08	409	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 349 fogos de habitação Social (complementar)		BST	4.400.000,00	4.400.000,00	5,000%	0,2800%	Trimestral	177.753,63	11671,94	3.529.156,02	3.351.402,39
28-02-07	03-03-08	115	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 86 fogos de habitação Social - Mo. S. Pedro da Cova		CGD	4.007.516,00	4.007.516,00	2,370%	1,3620%	Trimestral	160.860,64	4.189,17	3.176.199,07	3.015.338,43
28-02-07	03-03-08	113	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de habitação Social - Bagim do Monte		CGD	2.801.644,00	2.601.644,00	2,370%	0,9400%	Trimestral	104.429,30	2.726,07	2.061.960,37	1.957.531,07
16-02-09	09-03-09	114	04-02-08	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de habitação Social - Zona, S. Cosme		CGD	2.214.789,20	2.214.789,20	2,370%	0,9400%	Trimestral	88.901,05	2.320,71	1.755.354,53	1.666.453,48
16-02-09	09-03-09	521	26-05-09	Construção do Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar		CGD	860.000,00	860.000,00	2,840%	3,7830%	Trimestral	31.341,18	16.153,40	781.980,08	750.638,90
16-02-09	09-03-09	522	26-05-09	Financiamento à construção de Edifícios escolares		CGD	3.135.203,00	3.135.203,00	2,840%	3,7830%	Trimestral	114.448,40	58.980,44	2.850.774,82	2.736.328,42
09-07-09	10-08-09	857	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em Stª Eulália		BANIF	1520.136,00	1520.136,00	3,220%	2,0600%	Trimestral	50.647,75	29.565,88	1.341.935,51	1.250.745,76
09-07-09	10-08-09	854	08-10-09	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Triana		BANIF	1.183.436,80	1.183.436,80	3,220%	2,0600%	Trimestral	39.429,64	23.077,24	1.044.284,45	1.004.854,81
09-07-09	24-09-09	855	08-10-09	Financiamento para aquisição de 109 fogos em Stª Eulália		HRU	3.201.978,80	3.201.977,20	1,060%	0,7300%	Semestral	26.933,00	9.212,19	2.719.093,98	2.592.610,98
09-07-09	24-09-09	856	08-10-09	Financiamento para aquisição de 88 fogos na Triana		HRU	2.492.729,60	2.492.729,60	1,060%	0,7300%	Semestral	98.816,97	14.956,63	2.116.806,47	2.017.989,50
06-08-09	16-11-09	188	01-06-10	Financiamento destinado à reabilitação de fogos de Habitação Social - Giesta		HRU	460.253,00	460.253,00	1,060%	0,7300%	Semestral	18.040,26	2.918,99	417.369,45	399.329,19
16-06-10	29-10-10	156	31-12-10	Financiamento à construção de Centros Escolares		BGP	3.148.593,00	3.148.593,00	2,560%	18,180%	Trimestral	105.569,30	59.518,37	2.570.758,92	2.865.819,62
27-12-12	02-07-13	118	28-08-13	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde		HRU	909.699,70	909.699,70	1,180%	14,300%	Semestral	31.623,55	10.320,71	90.969,70	878.076,15
				Sub - Total (empréstimos não excepcionados)			30.136.979,10	30.136.977,50				1.148.792,67	255.562,74	25.674.831,37	24.526.038,70
				TOTAL			78.329.856,68	77.533.431,58				3.391.417,93	391.856,91	50.886.486,83	47.495.068,90

(a) Empréstimo contratado ao abrigo do DL 38-C/2001 de 8/2 e Lei 2/2007 - al.a) nº 2 do artº 61

(b) Decreto-Lei 53/93 de 7 de Maio - artº 21 aditado pela Lei nº 34/96 de 29/6 e Lei 2/2007 - al.b) nº 2 artº 61

(c) - Lei nº 42/98 de 6.6 - a) c) do nº 6 do artº 24º e Lei 2/2007 - al. a) nº 2 do artº 61

(d) - Lei nº 55-B/2004 (OE) do nº 6 do artº 20º - projectos co-participados FEDER e Lei 2/2007 - al.a) nº 2 do artº 61



IX – Mapa de Acordos de pagamento

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artº 19 do Dec - Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.





X – Declaração Compromissos Plurianuais





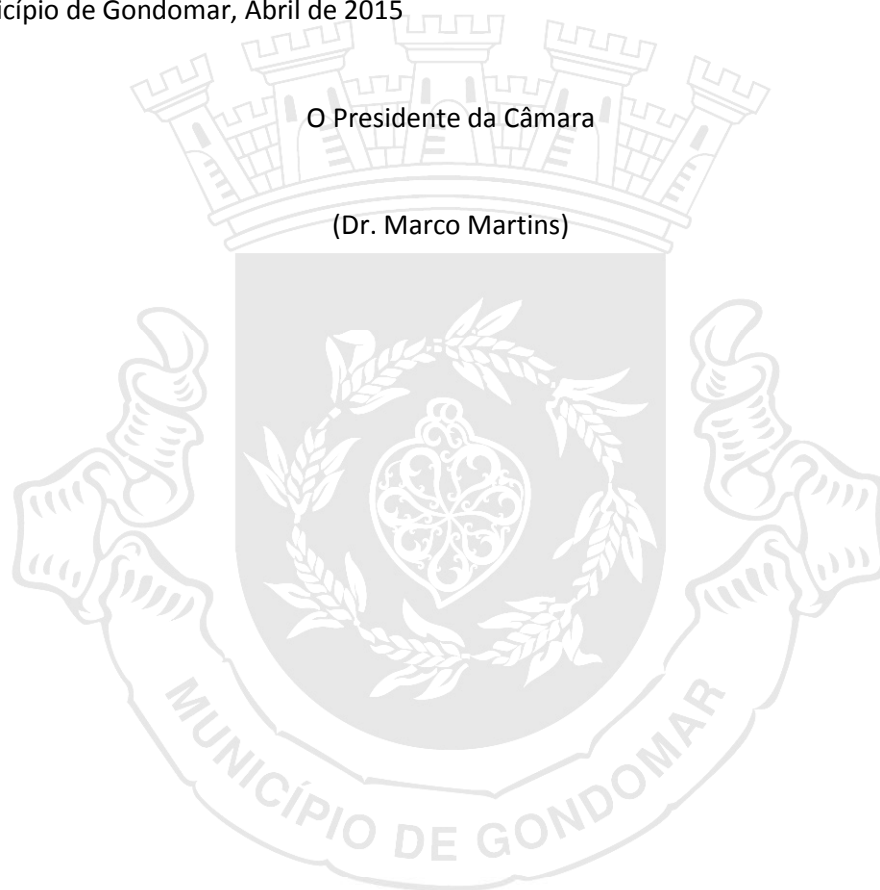
DECLARAÇÃO

Marco André Martins Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, Abril de 2015

O Presidente da Câmara

(Dr. Marco Martins)





GONDOMAR
é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

XI – Mapas anexos





XII – Certificação Legal de Contas





1/4

[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do “**Município de Gondomar**”, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 377.859.838,75 euros e um total de fundos próprios de 186.224.405,59 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10.406.517,23 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 63.157.167,69 euros de despesa paga e um total de 63.542.962,04 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

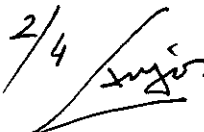
RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



2/4 

- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos antiguidade dos elementos integrantes do imobilizado do Município, designadamente dos bens de domínio público provenientes de exercícios anteriores à implementação do POCAL, associada a sua dispersão, insuficiente informação interna sobre a sua titularidade, critérios e bases de mensuração, bem como a especificidades do setor da Administração Local, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação desta rubrica do balanço, bem como das respetivas amortizações, subsídios para investimento e, consequentemente, dos seus efeitos no resultado. Neste contexto, apenas nos foi possível obter evidência das operações ocorridas após a implementação do POCAL, tanto em termos de aquisições como de abates.
8. O balanço releva dívidas a Instituições de Crédito no montante de € 47.495.068,90. Todavia, com base nas circularizações externas efetuadas às Instituições de Crédito constatamos que as mesmas indicaram um valor em dívida de € 62.472.404,37.

A divergência de € 14.977.335,47 está relacionada com um contrato celebrado em 2005 entre o Município e duas Instituições Financeiras, tendo por objeto a cedência de créditos futuros de rendas de habitação, durante 20 anos, que o Município não reconhece como sendo um passivo financeiro de sua responsabilidade. Uma vez que não nos foi possível obter informação adicional sobre as condições do contrato, não podemos emitir uma opinião fundamentada sobre esta divergência.



3/4
Anjos

9. No balanço a rubrica “Provisões para riscos e encargos” evidencia o valor de € 10.973.244,67. Dado que, com base nas respostas enviadas pelos advogados no âmbito das circularizações não nos é possível quantificar a plenitude do valor associado aos riscos dos processos judiciais em curso, não podemos formar opinião sobre a adequação deste montante.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 7 a 9, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **“Município de Gondomar”** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

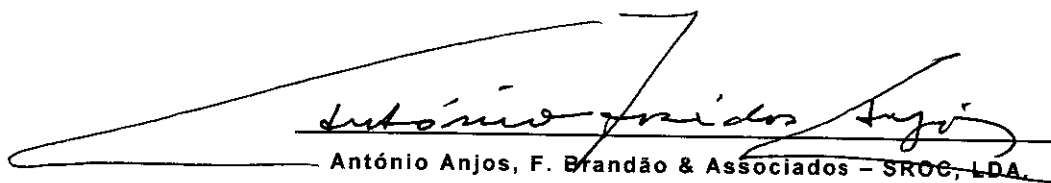
12. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 12.1. É divulgado na nota 8.2.12 do anexo às demonstrações financeiras, relação das imobilizações em poder de terceiros cedidas no âmbito de contratos de concessão da exploração dos serviços municipais de abastecimento de água e saneamento.



4/4

- 12.2. Conforme é divulgado na nota 8.2.16 do anexo às demonstrações financeiras, a empresa municipal "Gondomar, Coração de Ouro, EM, SA" encontra-se em processo de dissolução e liquidação.
- 12.3. Conforme é divulgado na nota 8.2.28 do anexo às demonstrações financeiras a conta 51 (Património) verificou um aumento resultante de bens imóveis já pertencentes à Autarquia, mas que ainda não se encontravam incluídos no inventário inicial. O aumento verificado ascendeu a € 691.472,00.
- 12.4. O grau de execução orçamental geral das despesas foi de 86,60%, sendo 89,26% nas despesas correntes e 79,26% nas despesas de capital. Já o grau de execução geral das receitas foi de 87,13%, sendo 92,08% nas receitas correntes e 63,98% nas receitas de capital e outras receitas.
- 12.5. Pela análise dos elementos das apólices de seguros que referenciamos no processo de auditoria concluímos que as mesmas não permitem uma adequada cobertura dos riscos associados aos edifícios e outras construções, relevados no balanço em Imobilizações Corpóreas.

Porto, 17 de abril de 2015



António Anjos, F. Brandão & Associados - SROC, LDA.

Representada por: Dr. António José dos Anjos (ROC nº 633)